

Especialistas defendem a aprovação de leis específicas para a pesca artesanal

15 Outubro de 2020



A+ A-

A pesca costeira deve ser objecto de uma legislação específica em Cabo Verde, devido às suas características. Esta é uma das recomendações de um estudo promovido pelo projeto Iniciativa da Pesca Artesanal, que está a ser socializado no ateliê nacional de validação de relatórios e estudos do projecto que termina hoje na ilha do Maio.

Primeiro foi no Mindelo e, agora, é a ilha do Maio a acolher o atelier de validação, segundo a coordenadora nacional do Projeto Iniciativa da Pesca Costeira, Edelmira Carvalho, que apontou pistas do que se pretende partilhar com as comunidades piscatórias.

A elaboração de uma lei específica para a pesca artesanal constitui uma das necessidades que o estudo aponta.

“No quadro do projecto foram recrutados alguns consultores que desenvolveram estudos em domínios como legislação, cadeia de valor e diagnóstico do funcionamento das associações e das suas necessidades, e neste momento estamos no terreno a partilhar tudo isso com as comunidades”, explicou aquela responsável.

Edelmira Carvalho defendeu que há necessidade de haver “um diploma específico para a pesca costeira uma vez que a actual legislação é muito abrangente e a pesca costeira é tratada de forma tímida”, e adiantou que existem aspectos importantes que devem merecer mais atenção, como por exemplo “as comunidades, as áreas protegidas, a formação em termos de técnicas de pesca, de tratamento do pescado e de segurança marítima e o próprio contexto em que se desenvolve a pesca artesanal”.

Com a realização dos ateliês espera-se validar os relatórios e estudos realizados por consultores nacionais no quadro do projecto, recolher outros subsídios e preparar a elaboração do plano de trabalho para 2021.